



EXAME CFC

SIMULADO GERAL 03

COMENTADO

LISTA DE QUESTÕES

1. O Balanço Patrimonial da empresa resumidamente expressa os seguintes valores:

	R\$
Ativo Circulante	10.000,00
Ativo não Circulante	8.000,00
Passivo Circulante	5.000,00
Passivo não Circulante	4.000,00

Nesse caso, o valor do Patrimônio Líquido é de:

- a) R\$ 11.000,00.
- b) R\$ 9.000,00.
- c) R\$ 14.000,00.
- d) R\$ 18.000,00.
- e) R\$ 10.000,00.

Resolução:

A questão versa sobre a Equação Patrimonial, também conhecida como Equação Fundamental da Contabilidade.

A equação possui como variáveis:

$$\text{ATIVO} = \text{PASSIVO EXIGÍVEL} + \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

Podemos rearranjar seus elementos da seguinte forma:

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \text{ATIVO} - \text{PASSIVO EXIGÍVEL}$$

Desdobrando os elementos, teremos:

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = (\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE}) - (\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})$$

Substituindo cada variável pelos valores apresentados na tabela:

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = (10.000,00 + 8.000,00) - (5.000,00 + 4.000,00)$$

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = 18.000,00 - 9.000,00$$

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = 9.000,00$$

Gabarito: B.

2. Em Contabilidade, define-se como patrimônio o conjunto de bens, direitos e obrigações que constituem as empresas (aziendas). São técnicas da contabilidade:

- a) Exame, fiscalização, planejamento e controle do patrimônio de uma determinada empresa, mediante registro e comentários dos fatos ocorridos.
- b) Elaboração de Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, DRE, DFC, DOAR e DLPA como obrigatórias e DVA como demonstração acessória, assim como Notas Explicativas.
- c) Suporte aos órgãos reguladores nacionais, fiscalização dos órgãos públicos e acompanhamento das organizações privadas.
- d) Escrituração, Demonstrações Contábeis, Auditoria e Análise de Balanços.
- e) Elaboração do Diário e Razão, lançamentos, balancetes, demonstrações, inventários e análise de balanço.

Resolução:

A questão trata sobre as técnicas utilizadas pela contabilidade para aplicar a ciência contábil ao seu objeto, o patrimônio das entidades.

As técnicas contábeis são 4:

1. Escrituração,
2. Análise das Demonstrações Contábeis,
3. Auditoria e
4. Análise de Balanços.

Escrituração: Basicamente é o lançamento dos fatos contábeis que alteram a composição patrimonial da entidade em livros contábeis;

Elaboração das Demonstrações Contábeis: Por meio dos dados escriturados, a entidade é elabora alguns demonstrativos contábeis (balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, por exemplo). São um compilado de tudo que ocorreu na entidade durante um determinado período, normalmente, um exercício social;

Auditoria: Conforme a Lei 6.404/76, as demonstrações financeiras das companhias abertas deverão ser submetidas a auditoria por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essa técnica visa obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis elaboradas por essas companhias estão livres de distorções relevantes e foram elaboradas de acordo com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

Análise das Demonstrações Contábeis: Depois de elaboradas, publicadas e auditadas, os demonstrativos contábeis podem ser analisados pelos usuários, a fim de obterem informações que subsidiem sua tomada de decisão, baseado no seu interesse na entidade. Para isso ele pode se utilizar dos diversos indicadores de análise, seja de liquidez, de retorno ou de endividamento, presentes na literatura.

Gabarito: D.

3. Contas que representam a situação estática, ou seja, os elementos ativos e passivos, que são os bens, direitos, obrigações com terceiros (PE) e o Patrimônio Líquido (PL).

- a) Contas de liquidez.
- b) Contas Patrimoniais.
- c) Contas Devedoras.
- d) Contas Credoras.

Resolução:

Questão sobre a **classificação das contas patrimoniais**.

As contas que compõem o patrimônio da empresa podem ser classificadas com base na teoria adotada. De acordo com a **Teoria Patrimonialista**, temos dois tipos de contas:

- **Contas Patrimoniais:** representam os ativos, passivos e patrimônio líquido (PL) da empresa, indicando assim a situação estática dos bens em determinada data. São evidenciados no Balanço Patrimonial. ⇒ **Letra B.**
- **Contas de Resultado:** representam as receitas e despesas, mostrando as variações patrimoniais quantitativas que alteram o PL. São evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) ao se apurar o lucro. ⇒ **Letra A.**

As contas podem também ser classificadas de acordo com a sua **natureza** em:

- **Contas Devedoras:** aumentam quando são debitadas, como as contas do ativo, de despesa e retificadora do passivo. ⇒ **Letra C.**
- **Contas Credoras:** aumentam quando são creditadas, como as contas do passivo, de receita e retificadora do ativo. ⇒ **Letra D.**



Gabarito: B.

4. Assinale, dentre as alternativas apresentadas a seguir, aquela que apresenta adequadamente o objetivo da Contabilidade.

- a) A Contabilidade tem por objetivo o controle dos impostos a pagar.
- b) A Contabilidade tem por objetivo gerar informações para o controle dos estoques das indústrias.
- c) A Contabilidade tem por objetivo controlar as dívidas e os impostos a serem pagos.
- d) A Contabilidade tem por objetivo o controle das obrigações trabalhistas e tributárias.
- e) A Contabilidade tem por objetivo gerar informações para o apoio das decisões econômico-financeiras.

Resolução:

A questão trata do objetivo da contabilidade. De forma geral, o objetivo da contabilidade é fornecer informações aos usuários da informação para que eles possam tomar suas decisões. A contabilidade é a principal responsável por produzir os relatórios contábeis de propósito geral. Segundo o CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, o objetivo desses relatórios é:

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. [...]

Dessa forma, podemos resolver a questão.

Assinale, dentre as alternativas apresentadas a seguir, aquela que apresenta adequadamente o objetivo da Contabilidade.

a) A Contabilidade tem por objetivo o controle dos impostos a pagar. Errado
A contabilidade faz controle dos impostos a pagar, mas essa não é sua finalidade precípua.

b) A Contabilidade tem por objetivo gerar informações para o controle dos estoques das indústrias. Errado
A contabilidade faz o registro das informações relativas aos estoques, porém sua finalidade principal, para qualquer entidade, seja comercial ou industrial, é fornecer informações aos seus usuários para tomada de decisão.

c) A Contabilidade tem por objetivo controlar as dívidas e os impostos a serem pagos. Errado
A contabilidade faz o controle de todo o patrimônio, seja bens, direitos e obrigações, a fim de fornecer informações aos seus usuários.

d) A Contabilidade tem por objetivo o controle das obrigações trabalhistas e tributárias. Errado
A contabilidade não é restrita apenas a esse controle.

e) A Contabilidade tem por objetivo gerar informações para o apoio das decisões econômico-financeiras. Correto
Esse é o objetivo principal da contabilidade.

Gabarito: E.

5. Em uma empresa, uma das características essenciais de um ativo é

- a) gerar benefícios econômicos para a entidade.
- b) ser um recurso decorrente de evento futuro.
- c) ser de propriedade legal.



- d) ter sido utilizado para liquidar um passivo.
- e) ter forma física.

Resolução:

Questão bem tranquila a respeito do conceito de ativo. Vejamos o que diz o CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro sobre ativo:

ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

Com esse conceito em mente, podemos resolver a questão. Vamos lá:
Em uma empresa, uma das características essenciais de um ativo é

- a) gerar benefícios econômicos para a entidade. **Correto**

Esse é um dos requisitos que atendem à definição de ativo.

- b) ser um recurso decorrente de evento futuro. **Errado**

Tem que ser decorrente de eventos passados.

- c) ser de propriedade legal. **Errado**

Não é necessária propriedade legal, apenas controle do ativo. Exemplo de ativo que apenas é controlado pela entidade e deve ser reconhecido como ativo é o arrendamento mercantil financeiro.

- d) ter sido utilizado para liquidar um passivo. **Errado**

Umas das formas de liquidação de um passivo é a utilização de um ativo, como o caixa. Porém, se já foi utilizado para liquidação da obrigação, não é mais um recurso para entidade, não atendendo ao critério para reconhecimento de ativo.

- e) ter forma física. **Errado**

A forma física não é essencial para reconhecimento de um ativo. Marcas e patentes e softwares são exemplos de ativos que não têm substância física e são reconhecidos no Ativo Intangível.

Gabarito: A.

6. Com base na estrutura conceitual da contabilidade assinale a alternativa incorreta:

- a) As demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas, segundo modelo baseado no custo histórico recuperável, e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal
- b) Esta Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis, destinadas a usuários internos
- c) Esta Estrutura Conceitual não é uma norma propriamente dita e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação
- d) Pode haver um número limitado de casos em que seja observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e uma norma, uma interpretação ou um comunicado técnico

Resolução:

Vamos comentar cada uma das alternativas:

- a) As demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas, segundo modelo baseado no custo histórico recuperável, e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal

Segundo dispõe o CPC 00, na Introdução:

"As demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Outros modelos e conceitos podem ser considerados mais apropriados para atingir o objetivo de proporcionar

informações que sejam úteis para tomada de decisões econômicas, embora não haja presentemente consenso nesse sentido.”

Portanto, assertiva **correta**.

b) Esta Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis, destinadas a usuários **internos**.

Esta é a assertiva **incorreta**. De acordo com o CPC 00, na parte de Finalidade e status:

“Esta Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos.”

Pela redação do Pronunciamento, observamos que as demonstrações contábeis se destinam aos usuários **EXTERNOS**.

c) Esta Estrutura Conceitual não é uma norma propriamente dita e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação. Novamente, buscaremos embasamento para a assertiva no CPC 00:

*“Esta Estrutura Conceitual não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, não **define** normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação. **Nada** nesta Estrutura Conceitual substitui qualquer Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação.”*

Logo, esta alternativa também está **correta**.

d) Pode haver um número limitado de casos em que seja observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e uma norma, uma interpretação ou um comunicado técnico.

Novamente, considerando a literalidade do Pronunciamento:

*“Pode haver um número limitado de casos em que seja observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação. Nesses casos, as exigências do Pronunciamento Técnico, da Interpretação ou da Orientação específicos **devem prevalecer** sobre esta Estrutura Conceitual.”*

Por conseguinte, a alternativa também está **correta**.

Gabarito: B.

7.

(Valores em R\$)

Duplicatas a pagar	Duplicatas a receber	Caixa
12.000	11.300	15.100
Banco c/ Movimento	Mercadorias	
21.100	37.700	

Os razonetes apresentados na imagem mostram os saldos iniciais das contas contábeis em 24/3/X1.

Ao longo do dia, ocorreram os fatos contábeis a seguir.

1. Pagamento de duplicata com cheque no valor de R\$ 1.500.
2. Recebimento de duplicata em dinheiro no valor de R\$ 900.
3. Compra de mercadorias no valor de R\$ 5.000, sendo 10% do valor pago à vista com cheque e o restante para pagamento em 30 dias.

Após efetuar os lançamentos nos razãotes e apurar os saldos das contas, a conta que apresenta o saldo correto é a seguinte:

- a) Caixa: 16.000 credor.
- b) Mercadorias: 38.200 devedores.
- c) Duplicatas a receber: 10.400 credor.
- d) Banco: 19.600 devedor.
- e) Duplicatas a pagar: 15.000 credor.

Resolução:

A questão trata de Lançamentos Contábeis. Vamos realizar cada lançamento, devidamente inscritos em razãotes:

1. Pagamento de duplicata com cheque no valor de R\$ 1.500.

DUPLICATAS A PAGAR	
(1) 1.500	12.000

BANCO C/ MOVIMENTO	
21.100	1.500 (1)

2. Recebimento de duplicata em dinheiro no valor de R\$ 900.

DUPLICATAS A RECEBER	
11.300	900 (2)

CAIXA	
15.100	
(2) 900	

3. Compra de mercadorias no valor de R\$ 5.000, sendo 10% do valor pago à vista com cheque e o restante para pagamento em 30 dias.

DUPLICATAS A PAGAR	
(1) 1.500	12.000
	4.500 (3)

BANCO C/ MOVIMENTO	
21.100	1.500 (1)
	500 (3)

MERCADORIAS	
37.700	
(3) 5.000	

Agora, encerrando todas as contas apresentadas nos razãotes, teremos:

DUPLICATAS A PAGAR	
(1) 1.500	12.000
	4.500 (3)
1.500	16.500
	15.000

DUPLICATAS A RECEBER	
11.300	900 (2)
10.400	

CAIXA	
15.100	
(2) 900	
16.000	

BANCO C/ MOVIMENTO	
21.100	1.500 (1)
	500 (3)
21.100	2.000
19.100	

MERCADORIAS	
37.700	
(3) 5.000	
42.700	

Vamos, então, analisar as alternativas:

a) Caixa: 16.000 credor.

ERRADO. O saldo da conta Caixa será de R\$ 16.000 DEVEDOR.

b) Mercadorias: 38.200 devedor.

ERRADO. O saldo da conta Mercadorias será de R\$ 42.700 DEVEDOR.

c) Duplicatas a receber: 10.400 credor.

ERRADO. O saldo da conta Duplicatas a Receber será de R\$ 10.400 DEVEDOR.

d) Banco: 19.600 devedor.

ERRADO. O saldo da conta Banco c/ Movimento será de R\$ 19.100 DEVEDOR.

e) Duplicatas a pagar: 15.000 credor.

CERTO. O saldo final da conta Duplicatas a Pagar será de R\$ 15.000 CREDOR, conforme demonstrado nos razonetes.

Gabarito: E.

8. Com relação aos efeitos contábeis referentes aos registros das transações de uma empresa no mês de outubro de 2.018, analise as afirmativas a seguir atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou falso (F).

() O pagamento da despesa de aluguel do mês anterior provocou um aumento do Ativo e uma diminuição do Passivo.

() A aquisição à vista de mercadorias para revenda provocou um aumento do Patrimônio Líquido e uma diminuição do Ativo

() A aquisição a prazo de um equipamento para embalar as mercadorias provocou um aumento do Ativo e um aumento do Passivo.

() A tomada de um empréstimo bancário provocou um aumento do Ativo e um aumento do Passivo.

() O recebimento de valores referente à vendas do mês anterior provocou um aumento do Ativo e o Passivo permaneceu igual.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V, V, V, V e V

b) V, F, V, F e V

c) V, F, F, V e V

d) F, F, V, V e F

e) F, V, V, F e F

Resolução:

Vamos analisar cada assertiva:

(F) O pagamento da despesa de aluguel do mês anterior provocou um aumento do Ativo e uma diminuição do Passivo.

Quando do reconhecimento do valor a pagar a título de aluguel, houve o seguinte lançamento, pelo regime de competência:

D – Despesa de Aluguel (Resultado)

C – Aluguel a Pagar (Passivo)

Assim, o reconhecimento da despesa teve como contrapartida o reconhecimento de um passivo, diferindo o momento do desembolso dos recursos.

Quando do efetivo pagamento, houve a seguinte escrituração:

D – Aluguel a Pagar (Passivo)

C – Caixa ou Bancos Conta Movimento (Ativo)



Logo, houve uma diminuição do Ativo e do Passivo.

(F) A aquisição à vista de mercadorias para revenda provocou um aumento do Patrimônio Líquido e uma diminuição do Ativo.

A aquisição, à vista, de mercadorias para revenda é um fato permutativo, em que altera-se os saldos de contas do Ativo, sem que altere a situação líquida da entidade:

D – Mercadorias (Ativo)

C – Caixa ou Bancos Conta Movimento (Ativo)

(V) A aquisição a prazo de um equipamento para embalar as mercadorias provocou um aumento do Ativo e um aumento do Passivo.

Quando da aquisição do equipamento, ocorrerá um fato permutativo, com o reconhecimento do bem no Ativo e, também, o reconhecimento da dívida decorrente da aquisição no Passivo:

D – Imobilizado (Ativo)

C – Duplicatas a Pagar ou Financiamentos (Passivo)

(V) A tomada de um empréstimo bancário provocou um aumento do Ativo e um aumento do Passivo.

Há uma escrituração similar à aquisição do equipamento:

D – Caixa ou Bancos Conta Movimento (Ativo)

C – Empréstimos (Passivo)

Como nada foi mencionado quanto ao custo do empréstimo (juros e encargos), não podemos afirmar que haverá alteração da situação líquida da entidade.

(F) O recebimento de valores referente à vendas do mês anterior provocou um aumento do Ativo e o Passivo permaneceu igual.

Quando da realização da venda, à prazo, houve os seguintes lançamentos:

D – Clientes (Ativo)

C – Receita de Vendas (Resultado)

D – Custo da Mercadoria Vendida (Resultado)

C – Estoque (Ativo)

Após, quando o cliente realizar o pagamento das mercadorias adquiridas no mês anterior, o lançamento será:

D – Caixa ou Bancos Conta Movimento (Ativo)

C – Clientes (Ativo)

Como podemos observar, não houve variação no valor do Ativo, já que nada foi informado quanto ao valor de venda da mercadoria, se houve lucro. No momento da venda, o Ativo aumentou pelo reconhecimento do direito a receber de clientes e diminuiu pela baixa do estoque; já no mês seguinte, o Ativo aumentou pelo recebimento do valor, mas diminuiu pela baixa do direito a receber referente à venda.

D – Caixa ou Bancos

C – Receita de Vendas (Resultado)

D – Custo da Mercadoria Vendida (CMV)

C – Estoque

Assim, a sequência será **F, F, V, V e F**.

Gabarito: Letra D.

9. No lançamento da compra a vista de veículos no valor de R\$ 40.000,00, parte para revenda (R\$ 30.000,00), parte para uso, observaremos o lançamento conforme abaixo:



D – Mercadorias	R\$ 30.000,00
D – Veículos	R\$ 10.000,00
C – Caixa	R\$ 40.000,00

Desse modo, pode-se observar pela apresentação que se trata de um lançamento de

- 2ª fórmula.
- 1ª fórmula.
- 4ª fórmula.
- 3ª fórmula.

Resolução:

Vamos analisar cada um dos lançamentos contábeis existentes:

- primeira fórmula - Envolve **uma conta devedora e uma conta credora**
- segunda fórmula - Envolve **uma conta devedora e mais de uma conta credora**
- **terceira fórmula** - Envolve **mais de uma conta devedora e uma conta credora**
- quarta fórmula - Envolve **mais de uma conta devedora e mais de uma conta credora**

Trata-se do Lançamento de **Terceira Fórmula** (mais de uma conta devedora e uma conta credora)

Gabarito: D.

10. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade que tratam da escrituração contábil, a retificação de um lançamento contábil pode ser efetuada pelos seguintes meios técnicos:

- estorno, transferência, e ajustes de valor.
- complementação, acumulação e estorno.
- estorno, transferência e complementação.
- transferência, soma e estorno.
- reduções de valor, acumulação e estorno.

Resolução:

A questão trata da retificação de lançamentos contábeis. A retificação é um processo que visa a correção de um lançamento registrado de forma incorreta. Essa correção pode ser feita por meio de:

- **Estorno:** O lançamento de estorno é feito para retificação de um lançamento que consiste em efetuar um **lançamento inverso** ao que foi feito, anulando-o totalmente.
- **Transferência:** Esse lançamento promove a transposição do saldo da conta que foi debitada ou creditada erroneamente para a conta correta, por meio de outro lançamento.
- **Complementação:** É feito para aumentar ou diminuir o valor registrado anteriormente em determinada conta.

Gabarito: C.

11. Considere os fatos contábeis a seguir.

15/12 – Compra de 200 unidades, a prazo, de mercadorias para revenda.

16/12 – Devolução de 20 unidades defeituosas.

31/12 – Pagamento antecipado da duplicata, com 10% de desconto.

Informações adicionais:

- Preço unitário = R\$ 5,00;
- Para compras acima de 100 unidades, o fornecedor concede um desconto de 10%;
- A empresa optou por registrar o desconto comercial obtido em conta separada;
- A empresa adota sistema de inventário permanente;
- Saldo inicial da conta Mercadorias igual a R\$ 2.600,00, em 1º/12;



6. Saldo inicial da conta Banco igual a R\$ 1.300,00, em 1º /12.

Quanto à escrituração do fato contábil "compra de mercadorias a prazo, com registro do desconto comercial obtido em conta separada", trata-se de um

- a) fato modificativo aumentativo.
- b) fato modificativo diminutivo.
- c) fato misto diminutivo.
- d) lançamento de 2ª fórmula.
- e) lançamento de 1ª fórmula.

Resolução:

A questão solicita a classificação do lançamento referente ao seguinte fato: "*compra de mercadorias a prazo, com registro do desconto comercial obtido em conta separada*".

Observe que temos aqui uma obtenção de desconto. Para isso, temos que conhecer a classificação deles:

- **Desconto condicional ou financeiro:** é a parcela cujo efeito depende de um evento posterior à emissão da nota fiscal de compra/ venda. Contabilmente, é uma receita/ despesa financeira e, por isso, **alteração do lucro bruto**
- **Desconto incondicional ou comercial:** é a parcela cujo efeito independe de um evento posterior à emissão da nota fiscal de compra/ venda.

Dessa forma, teremos:

D Mercadoria (AC)

C Desconto comercial obtido (Reduz valor de mercadoria, sem transitar na DRE).

C Fornecedores (PC)

Veja que **não tivemos alteração do PL**. Logo tal fato não será modificativo e nem misto (Alternativas "A", "B" e "C" erradas).

Por fim, os lançamentos podem ser classificados por meio de fórmulas. As **fórmulas de lançamento** são quatro:

Primeira Fórmula - uma conta a débito e uma a crédito;

Segunda Fórmula - uma conta a débito e mais de uma a crédito;

Terceira Fórmula - mais de uma conta a débito e apenas uma a crédito;

Quarta Fórmula ~ mais de uma conta a débito e mais de uma a crédito.

Com efeito, apenas a **alternativa "D"** está de acordo com a explicação acima.

Gabarito: D.

12. Determinada empresa recebeu a importância de R\$500,00 em dinheiro, proveniente de receitas de aluguéis de imóveis. Qual é o fato contábil que reflete essa transação comercial?

- a) Modificativo.
- b) Permutativo.
- c) Misto.
- d) Compensativo.

Resolução:

A questão trata da classificação dos fatos contábeis, mais especificamente do recebimento da importância de R\$500,00 em dinheiro, proveniente de receitas de aluguéis de imóveis. O conceito de fatos contábeis pode ser dado por todas as operações contábeis econômico-financeiras que alteram o patrimônio de determinada entidade, seja em seu aspecto quantitativo ou qualitativo. São divididos da seguinte maneira:



- **Fatos Contábeis Permutativos:** são aqueles que alteram de maneira qualitativa o patrimônio da entidade, e mantém inalterada a situação líquida da entidade (ex.: Compras de mercadorias à vista ou a prazo; Pagamento de Fornecedores, etc)
- **Fatos Contábeis Modificativos:** são aqueles que alteram a situação líquida da entidade, e são divididos em aumentativos e diminutivos (ex.: Reconhecimento de receitas e despesas de aluguel, de salários, etc)
- **Fatos Contábeis Mistos:** são aqueles fatos contábeis permutativos e modificativos, concomitantemente. (ex.: Pagamento de fornecedores em atraso, com juros, etc).

Tendo por base as explicações acima, vejamos como se faz o lançamento especificado na questão:

D - Caixa - R\$ 500,00

C - Receita de Aluguel - R\$ 500,00

Podemos visualizar, portanto, que, sendo uma operação que afeta a situação líquida, se trata um **Fato Contábil Modificativo** (alternativa A).

Gabarito: A.

13. A empresa U alugou um galpão de sua propriedade para uma pessoa física, por R\$ 7.550,00 mensais, a serem pagos até o dia 5 do mês seguinte, conforme contrato de locação devidamente assinado pelas partes envolvidas.

Considerando as informações contratuais acima e os procedimentos técnicos contábeis vigentes, a empresa U, em 30 de novembro de 2017, registrou o aluguel do mês de novembro/2017, em reais, vencível em 5 de dezembro de 2017, da seguinte forma:

- a) D: Aluguéis passivos 7.550,00
C: Aluguéis a pagar 7.550,00
- b) D: Aluguéis a receber 7.550,00
C: Aluguéis ativos 7.550,00
- c) D: Caixa 7.550,00
C: Aluguéis ativos 7.550,00
- d) D: Aluguéis a vencer 7.550,00
C: Aluguéis a apropriar 7.550,00
- e) D: Aluguéis a vencer 7.550,00
C: Aluguéis passivos 7.550,00

Resolução:

Trata-se de uma receita de alugueis a ser apropriada pelo regime de competência. Por este regime, as receitas devem ser contabilizadas independente do seu recebimento.

Data do pagamento: até o dia 5 do mês seguinte

Data da apropriação contábil: no mês da competência, se o aluguel é referente ao mês de novembro, então a apropriação da receita também será em novembro.

Novembro:

D: Aluguéis a receber (ativo) 7.550,00

C: Aluguéis ativos (receita) 7.550,00

Em dezembro, quando ocorre a entrada de numerário de fato:

D: caixa

C: Aluguéis a receber 7.550,00 – pela baixa do direito antes apropriado.



Gabarito: B.

14. A apuração dos resultados econômico e financeiro de uma organização é obtida, respectivamente, por:

- a) caixa e lucro.
- b) lucro e dividendos.
- c) dividendos e aplicações.
- d) aplicações e caixa.
- e) lucro e caixa.

Resolução:

O **resultado financeiro** apresenta a informação do caixa e equivalentes de caixa, e é controlado pela DFC. Já o **resultado econômico** traz informações sobre eficiência, por meio do lucro apurado segundo o regime de competência, demonstrado na DRE.

Gabarito: E.

15. Assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

O custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais. O custo dos estoques que não sejam tratados neste contexto deve ser atribuído pelo uso do critério _____ ou pelo critério _____.

- a) PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) - do custo médio ponderado
- b) UEPS (último a entrar, primeiro a sair) - do custo médio ponderado
- c) PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) - UEPS (último a entrar, primeiro a sair)
- d) específico - do estoque mínimo
- e) do custo médio ponderado - do estoque mínimo

Resolução:

De acordo com o CPC 16, se os custos dos estoques de itens:

- **Não são normalmente intercambiáveis:** pode usar o **preço específico**
- **Se forem normalmente intercambiáveis:** usa-se o **PEPS** ou **custo médio ponderado**.

23. O custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais.

24. A identificação específica do custo significa que são atribuídos custos específicos a itens identificados do estoque. Este é o tratamento apropriado para itens que sejam segregados para um projeto específico, independentemente de eles terem sido comprados ou produzidos. Porém, quando há grandes quantidades de itens de estoque que sejam geralmente intercambiáveis, a identificação específica de custos não é apropriada. Em tais circunstâncias, um critério de valoração dos itens que permanecem nos estoques deve ser usado.

25. O custo dos estoques, que não sejam os tratados nos itens 23 e 24, deve ser atribuído pelo uso do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS) ou pelo critério do custo médio ponderado.

Gabarito: A.

16. A Cia Comercial apresenta as seguintes informações: em 31/12, havia em estoque 100 unidades do produto X no valor total de R\$ 2.400,00. No dia 02/10, comprou 200 unidades do produto X por R\$ 6.000,00. No dia 05/01, vendeu 250 unidades do produto X por R\$ 10.000,00. No dia 20/01, vendeu 40 unidades do produto X por R\$ 1.200,00.



Ela utiliza o critério PEPS para apuração dos custos das vendas. O custo das mercadorias vendidas no período foi de

- a) R\$ 6.960,00.
- b) R\$ 7.200,00.
- c) R\$ 8.100,00.
- d) R\$ 8.400,00.
- e) R\$ 8.700,00.

Resolução:

A questão versa sobre Operações com Mercadorias. Vamos elaborar uma tabela com os eventos ocorridos:

DATA	QTD INICIAL	Estoque Inicial	QTD COMPRA	VALOR UNT COMPRA	QTD VENDA	CUSTO DA VENDA	SALDO
31/12	100	R\$ 2.400	-	-	-	-	R\$ 2.400
02/10			200	R\$ 30			R\$ 8.400
05/01					250	100 x R\$ 24 150 x R\$ 30	R\$ 1.500
20/01					40	40 x R\$ 30	R\$ 300

Utilizando-se o método PEPS, as primeiras mercadorias adquiridas serão as primeiras a serem vendidas nas eventuais vendas da sociedade. Dessa forma, na primeira venda saíram do estoque 100 unidades, que haviam sido compradas por R\$ 24,00 cada, e mais 150 unidades compradas pelo custo de R\$ 30,00 cada, para completar as 250 unidades vendidas. Já na segunda venda, saíram do estoque 40 unidades que foram adquiridas pelo custo de R\$ 30,00 cada.

Logo, o Custo da Mercadoria Vendida (CMV) será o somatório da coluna CUSTO DA VENDA. Assim:

$$\begin{aligned} \text{Venda 1} &- 100 \times \text{R\$ } 24,00 = \text{R\$ } 2.400,00 \\ &150 \times \text{R\$ } 30,00 = \text{R\$ } 4.500,00 \end{aligned}$$

$$\text{Venda 2} - 40 \times \text{R\$ } 30,00 = \text{R\$ } 1.200,00$$

$$\text{CMV} = \text{R\$ } 2.400,00 + \text{R\$ } 4.500,00 + \text{R\$ } 1.200,00 = \text{R\$ } 8.100,00$$

Gabarito: C.

17. Saldos contábeis apurados em dezembro/2017.

CONTAS PATRIMONIAIS	SALDOS
Caixa	2.500
Bancos	9.300
Aplicações financeiras de curto prazo	2.000
Clientes	7.100
Mercadorias	12.000
Móveis e utensílios	6.000
Máquinas e equipamentos	8.000
Veículos	12.300
Imóveis	18.000
Fornecedores	10.600
Salários a pagar	6.700
Encargos sociais a recolher	6.500
Empréstimos e financiamentos	12.000
Provisão para 13º salário	2.500
Provisão para férias	2.400
Capital social	40.000
CONTAS DE RESULTADO	SALDOS
Vendas	11.300
Custo das mercadorias vendidas	7.500
Despesas com vendas	800
Salários	6.500



A demonstração de resultado do exercício (DRE), elaborada com base nos dados fornecidos, apurou

- a) prejuízo bruto no valor de -R\$ 3.800.
- b) lucro bruto no valor de R\$ 3.800.
- c) prejuízo operacional no valor de -R\$ 3.800.
- d) lucro operacional no valor de R\$ 3.500.
- e) lucro líquido no valor de R\$ 3.500.

Resolução:

A questão versa sobre Demonstração do Resultado do Exercício. Elaborando a demonstração, teremos:

Demonstração do Resultado do Exercício	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Receita de Venda de Mercadorias	R\$ 11.300
Custo das Mercadorias Vendidas	(R\$ 7.500)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO (LUCRO BRUTO)	R\$ 3.800
Despesas com Vendas	(R\$ 800)
Despesa de Salários	(R\$ 6.500)
= PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	R\$ 3.500

Conforme solicitado no comando da questão, o Lucro Bruto (ou Resultado Operacional Bruto) será de **R\$ 3.800**.

Gabarito: B.**18. Do balanço patrimonial de uma sociedade empresária, foram extraídas as seguintes informações:**

Ativo	Passivo
Circulante = 75% do ativo total	Circulante = ?
Realizável a longo prazo = R\$ 250.000,00	Passivo Não Circulante = R\$ 250.000,00
Permanente = R\$ 1.900.000,00	Capital próprio = 65% do Ativo Total

Considerando-se os dados acima, assinale a opção que contém o valor do Ativo Total da citada sociedade.

- a) R\$ 2.866.666,67
- b) R\$ 3.547.500,00
- c) R\$ 3.762.500,00
- d) R\$ 8.600.000,00

Resolução:

A questão trata da composição dos elementos do balanço patrimonial. Ela está desatualizada no que diz respeito a nomenclatura da composição do balanço patrimonial. De acordo com a Lei 6.404/76, não existe mais o ativo permanente, devido às alterações ocorridas na contabilidade nos últimos anos. A Lei 11.941/2009 alterou a redação da lei 6.404/76, criando os grupos ativo circulante e ativo não circulante, este último, composto por ativo **realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível**. O ativo não circulante substituiu o antigo ativo permanente.

Para respondermos à questão, era necessário que soubéssemos a composição do ativo permanente (AP). Sua composição se dava pelos subgrupos, **investimentos, imobilizado, intangível e o antigo ativo diferido**. Somados ao ativo realizável a longo prazo (RLP) e ao ativo circulante (AC), teremos a composição do ativo total. Vejamos os dados fornecidos:

O ativo não circulante (ANC) corresponde a 25% do ativo total. O valor do ativo total é de 100%, ou seja, quatro vezes o valor do ativo não circulante (RLP + Ativo Permanente). Fazendo essa multiplicação, temos.



Ativo Total = $2.150.000 \times 4 \Rightarrow 8.600.000$

Esse é o nosso gabarito. Agora vejamos o valor dos outros grupos para completarmos o balanço:

Com o valor do Ativo Total, podemos encontrar o valor do Ativo Circulante.

Ativo Circulante = $8.600.000 - 2.150.000 \Rightarrow 6.450.000$

O patrimônio líquido corresponde a 65% (0,65) do ativo total. Assim temos:

PL = $8.600.000 \times 0,65 \Rightarrow 5.590.000$

Por fim, para encontrarmos o valor do passivo circulante (PC) precisamos somar o valor do passivo não circulante (PNC) ao valor do patrimônio líquido (PL) e subtrairmos do valor do ativo total, visto que o total do ativo deve ser igual ao passivo total mais o patrimônio líquido. Vejamos como fica:

Ativo = PC + PNC + PL

$8.600 = PC + 250.000 + 5.590.000 \Rightarrow PC = 2.760.000$

Ativo Circulante	R\$ 6.450.000	Passivo Circulante	R\$ 2.760.000
Ativo Não Circulante	R\$ 2.150.000	Passivo Não Circulante	R\$ 250.000
Realizável a longo prazo	R\$ 1.900.000	Patrimônio Líquido	R\$ 5.590.000
Permanente	R\$ 250.000		
Ativo Total	R\$ 8.600.000	Total	R\$ 8.600.000

Gabarito: D.

19. Sabe-se que a fórmula que evidencia a equação patrimonial na contabilidade apresenta a seguinte forma: Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido, conhecida como origens e aplicações de recursos. A partir da sequência de contas contábeis a seguir, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, duas origens e uma aplicação de recursos.

I	Créditos a Curto Prazo
II	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
III	Capital Social Integralizado
IV	Matérias-primas
V	Software
VI	Reserva de Capital
VII	Encargos Sociais a Pagar
VIII	Mercadorias para Revenda

- a) I, III, IV.
- b) I, V, VI.
- c) II, III, VIII.
- d) III, V, VIII.
- e) IV, VI, VIII.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

I	Créditos a Curto Prazo	Aplicação de recursos
II	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	Origem dos Recursos
III	Capital Social Integralizado	Origem dos Recursos
IV	Matérias-primas	Aplicação de recursos



V	Software	Aplicação de recursos
VI	Reserva de Capital	Origem dos Recursos
VII	Encargos Sociais a Pagar	Origem dos Recursos
VIII	Mercadorias para Revenda	Aplicação de recursos

Vamos analisar os itens:

a) I, III, IV.

INCORRETO. I é uma aplicação de recursos.

b) I, V, VI.

INCORRETO. I e V são aplicações de recursos.

c) II, III, VIII.

CORRETO. Exatamente, II e III são origens dos recursos e VIII é uma aplicação dos recursos.

d) III, V, VIII.

INCORRETO. V é uma aplicação de recursos.

e) IV, VI, VIII.

INCORRETO. IV é uma aplicação de recursos.

Gabarito: C.

20. Relacione os tipos de bens, listados a seguir, aos seus respectivos processos de perda de valor.

1. Direitos Autorais
2. Reserva de petróleo
3. Imóvel

- () Depreciação
() Exaustão
() Amortização

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- a) 1, 2, 3
- b) 1, 3, 2
- c) 2, 1, 3
- d) 3, 1, 2
- e) 3, 2, 1

Resolução:

(3) DEPRECIAÇÃO

O **imóvel** é uma **bem tangível**, logo sofre **depreciação**.

Art. 183, §2º A diminuição do valor dos elementos dos **ativos imobilizado e intangível** será registrada periodicamente nas contas de:

a) **depreciação**, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por **objeto bens físicos** sujeitos a desgaste ou perda de utilidade **por uso, ação da natureza ou obsolescência**;

(2) EXAUSTÃO

A **reserva de petróleo** é um **recurso mineral**, logo sofre **exaustão**.

Art. 183, §2º A diminuição do valor dos elementos dos **ativos imobilizado e intangível** será registrada periodicamente nas contas de:

c) **exaustão**, quando corresponder à perda do valor, decorrente da sua exploração, de direitos cujo objeto sejam **recursos minerais ou florestais**, ou bens aplicados nessa exploração.

(1) AMORTIZAÇÃO

Os **direitos autorais** são **bens intangíveis**, logo sofrem **amortização**.

Art. 183, §2º A diminuição do valor dos elementos dos **ativos imobilizado e intangível** será registrada periodicamente nas contas de:

b) **amortização**, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na **aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial** e quaisquer **outros com existência ou exercício de duração limitada**, ou cujo objeto sejam **bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado**;

Gabarito: E.

21. A Redução ao Valor Recuperável de Ativos se aplica a todos os ativos a seguir, EXCETO:

- a) Ativo Intangível.
- b) Estoque.
- c) Imobilizado.
- d) Investimento em Controlada.

Resolução:

A questão trata da redução ao valor recuperável de ativos, tratado no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse procedimento tem como objetivo assegurar que os ativos da entidade não estejam registrados contabilmente por valores que excedam seus valores recuperáveis. Caso isso aconteça, será necessário reconhecer uma perda por desvalorização desse ativo, pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável (maior entre o valor em uso e o valor realizável líquido).

A questão quer saber qual desses ativos não está sujeito ao teste de recuperabilidade. Vejamos o que diz o CPC 01 a esse respeito:

Alcance 2.

Este pronunciamento deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto:

(a) **estoques** (ver CPC 16 – Estoques);

(b) **ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos** que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; (Alterada pela Revisão CPC 12);

(c) **ativos fiscais diferidos** (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);

(d) **ativos advindos de planos de benefícios a empregados** (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);;

(e) **ativos financeiros** que estejam dentro do alcance do CPC 48 – Instrumentos Financeiros;

(f) **propriedade para investimento** que seja mensurada ao valor justo (ver Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento);

(g) **ativos biológicos** relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de venda;

(h) **custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis** advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e

(i) **ativos não circulantes** (ou grupos de ativos disponíveis para venda) **classificados como mantidos para venda** em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O não reconhecimento de perdas por recuperabilidade desses ativos se dá em decorrência desses ativos terem pronunciamentos técnicos vigentes e aplicáveis a eles e, por consequência, terem orientações específicas para reconhecimento e mensuração desses ativos.

Gabarito: B.**22. Assinale a opção que indica o caso em que uma provisão para contingências deve ser constituída.**

- a) Uma entidade é processada por danos morais e os contadores julgam como provável o risco de perda.
- b) Uma entidade é processada por não pagamento do adicional de insalubridade e os contadores julgam como possível o risco de perda.
- c) Uma entidade é processada por não pagamento de horas extras e os contadores julgam como remoto o risco de perda.
- d) Uma entidade é ameaçada por um grande cliente de ser acionada na justiça e os contadores julgam como provável o cumprimento da ameaça.
- e) Uma entidade é acusada por um jornal de grande circulação de usar mão de obra escrava e os contadores consideram como possível que haja perdas monetárias.

Resolução:

Em matéria de reconhecimento de provisões nas demonstrações contábeis na empresa, temos:

- **Provável** = reconhecimento no BP e divulgo nas notas explicativas (*Provisão*)
- **Possível** = não reconhecimento no BP e divulgo nas notas explicativas (*Passivo Contingente*)
- **Remota** = não reconhecimento no BP e não divulgo nas notas explicativas

Dessa forma, apenas haverá provisão para contingências quando tivermos um risco **PROVÁVEL** de perda. Vamos analisar as alternativas:

a) Uma entidade é processada por danos morais e os contadores julgam como provável o risco de perda.

CERTO: De cara já temos a nossa resposta, a alternativa acima traz um exemplo em que haverá reconhecimento de provisão para contingências, observe que nela temos o risco provável de perda.

CPC 25 14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou **não formalizada**) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

b) Uma entidade é processada por não pagamento do adicional de insalubridade e os contadores julgam como possível o risco de perda.

ERRADO: A provisão para contingências exige que o risco de perda seja PROVÁVEL, e não possível como está nessa alternativa.

c) Uma entidade é processada por não pagamento de horas extras e os contadores julgam como remoto o risco de perda.

ERRADO: conforme explicado na alternativa "B", a A provisão para contingências exige que o risco de perda seja PROVÁVEL, e não remoto como aponta a alternativa

d) Uma entidade é ameaçada por um grande cliente de ser acionada na justiça e os contadores julgam como provável o cumprimento da ameaça.

ERRADO: Observe que o risco provável é de que haja um **RISCO DE PERDA**, cujo efeito é a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para a entidade, **e não um risco de merda propositura de ação**, momento em que não temos sequer uma obrigação presente para a entidade. Requisito indispensável para se ter uma provisão, conforme o item 14 do CPC 25.



e) Uma entidade é acusada por um jornal de grande circulação de usar mão de obra escrava e os contadores consideram como ~~possível~~ que haja perdas monetárias.

ERRADO: Conforme já explicado, a A provisão para contingências exige que o risco de perda seja PROVÁVEL, e não possível como está nessa alternativa

Gabarito: A.

23. A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) deverá

- a) discriminar como ajustes de exercícios anteriores os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- b) evidenciar as mudanças qualitativas e quantitativas ocorridas ao final do exercício financeiro, no patrimônio líquido da entidade.
- c) indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- d) apurar o lucro líquido por ação do capital social e deverá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Resolução:

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) deverá

c) indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

ALTERNATIVA CORRETA. A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) tem por finalidade evidenciar as variações ocorridas na conta de lucros e prejuízos, discriminando o saldo do início do período e seu saldo final. As mudanças ocorridas em tal demonstrativo estão explicitadas nos termos do art. 186, da Lei 6404 de 1976, conforme abaixo:

Art. 186. A **demonstração de lucros ou prejuízos acumulados** discriminará:

I - O saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

§ 2º A **demonstração de lucros ou prejuízos acumulados** deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

As demais alternativas:

a) discriminar como ajustes de exercícios anteriores os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

ALTERNATIVA ERRADA. Conforme podemos extrair do art. 186, §1º, da Lei 6404 de 1976, citado acima, os ajustes de exercícios anteriores possuem, dentre outras características, o fato de que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes; por essa razão, a questão está incorreta.

b) evidenciar as mudanças qualitativas e quantitativas ocorridas ao final do exercício financeiro, no patrimônio líquido da entidade.

ALTERNATIVA ERRADA. A Demonstração responsável por evidenciar as mutações ocorridas no Patrimônio Líquido da entidade é DMPL e não a DLPA. Tal demonstrativo apresenta o resultado da entidade para um período contábil, os itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no período, os efeitos das mudanças de práticas contábeis e correção de erros reconhecidos no período, os valores investidos pelos proprietários e os dividendos e outras distribuições para os proprietários durante o período.

Trata-se de demonstrativo que tem por objetivo evidenciar, como o próprio nome sugere, as mutações no capital próprio da entidade, sendo considerada a resposta de nossa questão. A título de complemento, vejamos o que o professor Sérgio Adriano (2017) estabelece acerca de tal demonstrativo:

*A **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)** é mais completa do que a DLPA, pois demonstra a **variação ocorrida em todo o Patrimônio Líquido da empresa**, enquanto que a DLPA demonstra apenas a variação ocorrida na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.*

A DMPL é de grande valor para as companhias, pois fornece as movimentações ocorridas em todas as contas do Patrimônio Líquido, indicando as origens, os acréscimos e as reduções que resultam na variação do Patrimônio Líquido, complementando as informações contidas no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício.

~~**d) apurar o lucro líquido por ação do capital social e deverá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.**~~

ALTERNATIVA ERRADA. A assertiva possui dois erros. O primeiro deles se refere ao fato de que a DLPA não tem por objetivo apurar o lucro líquido por ação do capital social; tal papel é cumprido pela Demonstração do Resultado do Exercício, nos termos do art. 187, VII, da Lei nº 6.404 de 1976.

O outro erro está em dizer que tal demonstrativo será incluído obrigatoriamente ("deverá" nos dizeres da questão) na DMPL, quando tal inclusão é facultativa, conforme visto no art. 186, §2º, da Lei nº 6.404 de 1976, citado anteriormente.

Gabarito: C.

24. Sobre os aspectos relacionados à projeção de fluxo de caixa, é correto afirmar:

- a) É útil o agrupamento de atividades por finalidade da empresa, como atividades de investimento que se referem ao levantamento, por exemplo, de custos com matéria-prima, transporte e energia elétrica, bem como compra de máquinas e equipamentos.
- b) É útil o agrupamento de atividades por finalidade da empresa, como atividades operacionais que se referem, por exemplo, à compra de máquinas e equipamentos.
- c) A empresa deve conhecer seu prazo médio de pagamento, que é o tempo entre a venda e o efetivo recebimento do valor da venda.
- d) A empresa deve conhecer seu prazo médio de recebimento, que é o tempo entre a data da compra e o pagamento efetivo ao fornecedor.
- e) É útil o agrupamento de atividades por finalidade da empresa, como atividades de financiamento que se referem, por exemplo, ao pagamento de juros e amortização de empréstimos.

Resolução:

A questão versa sobre fluxos de caixa. Vamos analisar cada alternativa:

a) É útil o agrupamento de atividades por finalidade da empresa, como atividades de investimento que se referem ao levantamento, por exemplo, de custos com matéria-prima, transporte e energia elétrica, bem como compra de máquinas e equipamentos.



Errado. A alternativa peca ao afirmar que gastos com matéria-prima, transporte e energia elétrica são atividades de investimentos. Estes gastos são operacionais, ou seja, são relacionados a atividade principal da empresa decorrentes da venda/produção de produtos/serviços. A compra de máquinas e equipamentos são enquadradas como atividade de investimento.

b) É útil o agrupamento de atividades por finalidade da empresa, como atividades operacionais que se referem, por exemplo, à compra de máquinas e equipamentos.

Errado. O erro aqui é afirmar que compra de máquinas e equipamentos é atividade operacional, pois eles são gastos do fluxo de caixa de investimento.

c) A empresa deve conhecer seu prazo médio de pagamento, que é o tempo entre a venda e o efetivo recebimento do valor da venda.

Errado. O prazo médio de pagamento é o período médio entre a data em que foi efetuada a compra e a data em que esta compra foi efetivamente paga.

d) A empresa deve conhecer seu prazo médio de recebimento, que é o tempo entre a data da compra e o pagamento efetivo ao fornecedor.

Errado. O prazo médio de recebimento é o período médio entre a data em que foi a venda foi efetuada e a data em que esta venda foi efetivamente recebida.

e) É útil o agrupamento de atividades por finalidade da empresa, como atividades de financiamento que se referem, por exemplo, ao pagamento de juros e amortização de empréstimos.

Correta. Esta é a nossa resposta. O fluxo de financiamento está relacionado às atividades que envolvem recursos emprestados de terceiros ou de seus próprios proprietários. Logo, os juros e amortização de empréstimos são atividades de financiamento.

Gabarito: E.

25. Considerando a perspectiva da administração financeira, as atividades de uma empresa classificam-se em operacionais, de investimentos e de financiamento. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- a) As atividades de financiamento decorrem diretamente do objeto social da empresa, isto é, da finalidade para a qual ela foi criada.
- b) A aquisição de ativos destinados à utilização em atividades de operação decorrentes do objeto social da empresa classifica-se como investimentos.
- c) As atividades de financiamento caracterizam-se pela aplicação de recursos em ativos de longo prazo.
- d) As atividades operacionais dão suporte às atividades de financiamento.
- e) O "caixa" gerado pela empresa é resultado direto das atividades de investimento.

Resolução:

a) As atividades de ~~financiamento~~ decorrem diretamente do objeto social da empresa, isto é, da finalidade para a qual ela foi criada.

ERRADO: São as atividades operacionais que representam as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.

b) A aquisição de ativos destinados à utilização em atividades de operação decorrentes do objeto social da empresa classifica-se como investimentos.

CERTO: Atividades de investimento, são os referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa

c) As atividades de financiamento caracterizam-se pela ~~aplicação de recursos em ativos de longo prazo.~~

ERRADO: A aplicação de recursos em ativos de longo prazo representa atividade de investimento. Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade

d) As atividades operacionais dão suporte às atividades de financiamento.

ERRADO: Na verdade é justamente o contrário: as atividades de investimento e de financiamento visam suportar as atividades operacionais, isto é: aquelas precípuas e frequentes na organização.

e) O "caixa" gerado pela empresa é resultado direto das atividades de investimento.

ERRADO: A variação do caixa no período é resultado conjunto das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Gabarito: B.

26. Quanto aos controles financeiros da prestação de um serviço, é importante identificar, entre os diversos gastos, aqueles diretamente relacionados à sua execução, como a locomoção, alimentação e estada do pessoal e materiais de consumo, para a formação dos(as) _____ totais do serviço, os(as) quais são gastos diretamente relacionados à produção de um bem ou à execução de um serviço.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna anterior.

- a) custos
- b) rateios
- c) despesas
- d) depreciações

Resolução:

Vamos preencher a lacuna:

Quanto aos controles financeiros da prestação de um serviço, é importante identificar, entre os diversos gastos, aqueles diretamente relacionados à sua execução, como a locomoção, alimentação e estada do pessoal e materiais de consumo, para a formação dos **custos** totais do serviço, os quais são gastos diretamente relacionados à produção de um bem ou à execução de um serviço.

Vejamos o conceito de custo previsto no Livro Contabilidade de Custos, do Autor Zélio Cabral, 1ª Edição

Custo – Gasto relativo ao consumo de bem ou serviço no processo de produção de outros bens ou serviços

Gabarito: A.

27. Observe as colunas A e B:

A Tipos de Custos	B Conceitos de custos
(1) Custos variáveis totais	() Custos totais que, até o limite da capacidade produtiva, não se alteram em determinado período com o volume de produção.
(2) Custos variáveis unitários	() Custos totais que, crescem ou decrescem de acordo com o volume produzido.
(3) Custos fixos totais	() custos de natureza genérica cuja identificação com os produtos precisa ser feita por meio de uma forma de rateio.
(4) Custos fixos unitários	() Custos unitários que decrescem na razão do volume produzido.
(5) Custos diretos	() Custos que apresentam uma medida objetiva de seu consumo na fabricação de um produto, ou na prestação de um serviço.



(6) Custos indiretos	() Custos unitários que permanecem constantes, independente da quantidade produzida.
----------------------	---

Enumere a coluna B, de modo que exista uma relação correta entre os tipos de custos (apresentados na coluna A) e os conceitos de custos (apresentados na coluna B). Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta desta correspondência entre a coluna A e a coluna B.

- a) 3, 1, 6, 4, 5, 2
- b) 1, 3, 5, 4, 6, 4
- c) 3, 5, 6, 2, 4, 1
- d) 2, 4, 6, 1, 5, 3

Resolução:

Ótima questão para revisar conceitos, pessoal. Infelizmente nesse tipo de questão não nos resta muita opção senão apenas ligar o item ao seu respectivo conceito. Tais conceitos foram tirados das melhores doutrinas em Custos, tal como Eliseu Martins, vejamos:

- **(3) Custos fixos totais)** Custos totais que, até o limite da capacidade produtiva, não se alteram em determinado período com o volume de produção
- **(1) Custos variáveis totais)** Custos totais que, crescem ou decrescem de acordo com o volume produzido
- **(6) Custos indiretos)** custos de natureza genérica cuja identificação com os produtos precisa ser feita por meio de uma forma de rateio
- **(4) Custos fixos unitários)** Custos unitários que decrescem na razão do volume produzido
- **(5) Custos diretos)** Custos que apresentam uma medida objetiva de seu consumo na fabricação de um produto, ou na prestação de um serviço
- **(2) Custos variáveis unitários)** Custos unitários que permanecem constantes, independentemente da quantidade produzida

Gabarito: A.

28. A atribuição de todos os custos fixos e variáveis, tais como custos diretos e indiretos na produção, é característica do sistema de custeio

- a) de realização.
- b) variável.
- c) direto.
- d) estimativo.
- e) por absorção.

Resolução:

Questão que versa sobre sistemas de custeio. Essa é daquelas questões que o conhecimento inicial da matéria já resolve. Até há outros, mas os confrontos feitos pelas questões geralmente são feitos entre os dois principais tipos de custeio: variável e por absorção.

O custeio por absorção é exatamente aquele que aloca aos produtos TODOS os custos de produção. Assim, não importa se o custo é variável ou fixo, direto ou indireto: no custeio por ABSORÇÃO, todos os custos são atribuídos aos produtos.

Gabarito: E.

29. Em relação a métodos de custeio verifique se às afirmativas são verdadeiras (V) ou falsas (F):

() Quanto maior for à fidelidade do sistema de custeio relativamente ao processo produtivo, maior será a possibilidade que a empresa tem de obter informações de boa qualidade.



() No Método de Custeio Baseado em Atividades - ABC, os custos indiretos não são levados à análise para efeito de resultado dos produtos.

() O método de custeio direto caracteriza-se pela tentativa de identificação dos gastos das diversas atividades desempenhadas por uma empresa, independentemente de que sejam executadas dentro ou fora dos limites físicos de um setor, departamento ou até mesmo da própria entidade.

- a) F, F, F.
- b) V, F, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F.

Resolução:

Vamos analisar as assertivas.

Quanto maior for à fidelidade do sistema de custeio relativamente ao processo produtivo, maior será a possibilidade que a empresa tem de obter informações de boa qualidade.

VERDADEIRO. De fato, quanto mais próximo da realidade do processo produtivo é o sistema de custeio adotado pela empresa, melhores serão as informações obtidas pela empresa, afinal, elas estarão mais fidedignas, mais próximas do que realmente ocorre na entidade. Com maior fidelidade do sistema de custeio relativamente ao processo produtivo, a empresa tem melhores condições de mensurar seu resultado e tomar decisões.

No Método de Custeio Baseado em Atividades - ABC, os custos indiretos não são levados à análise para efeito de resultado dos produtos.

FALSO. O Método de Custeio Baseado em Atividades - ABC apenas busca reduzir as distorções causadas pelo rateio dos custos indiretos. Porém, os custos indiretos de forma alguma deixam de ser levados à análise no ABC. Estes são, na verdade, o **principal foco do ABC**. As atividades da empresa são definidas, e **direcionadores de custos de recursos** alocam custos às atividades. Os **direcionadores de custos de atividades** então apropriam o custo das atividades aos produtos, diminuindo a distorção causada por critérios arbitrários de rateio de custos indiretos.

O método de custeio direto caracteriza-se pela tentativa de identificação dos gastos das diversas atividades desempenhadas por uma empresa, independentemente de que sejam executadas dentro ou fora dos limites físicos de um setor, departamento ou até mesmo da própria entidade.

FALSO. O método de custeio **direto** é também conhecido como **custeio variável**. Caracteriza-se pela apropriação dos custos **variáveis** aos produtos, considerando como **despesa** todos os custos fixos.

Gabarito: B.

30. Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todos esses recursos são receitas orçamentárias.

Alguns ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos têm natureza extraorçamentária, que se caracteriza por:

- a) envolver somente receitas derivadas;
- b) poder ou não ser prevista no orçamento;
- c) poder ser efetiva ou não efetiva;
- d) representar recursos de natureza transitória;
- e) ser fonte exclusiva de recursos para cobertura de despesas públicas.

Resolução:

Vamos analisar os itens:

a) envolver somente receitas derivadas;

INCORRETA. A classificação quanto à procedência se refere às Receitas Orçamentárias (receitas públicas em sentido estrito), conforme MCASP 7ª Edição:

*A doutrina classifica as **receitas públicas, quanto à procedência, em Originárias e Derivadas***

*Receitas Públicas Derivadas, segundo a doutrina, seria a receita obtida pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorreriam de imposição constitucional ou legal e, por isso, auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as **receitas tributárias e as de contribuições especiais***

b) poder ou não ser prevista no orçamento;

INCORRETA. Os ingressos extraorçamentários não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo que as Receitas orçamentárias podem ou não estar previstas nos orçamentos, conforme MCASP 7ª Edição:

*Receitas Orçamentárias: Essas receitas pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público e, **via de regra**, por força do princípio orçamentário da universalidade, **estão previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA.***

c) poder ser efetiva ou não efetiva;

INCORRETA. Apenas as Receitas Orçamentárias podem ser classificadas como Efetivas ou Não Efetivas, conforme MCASP 7ª Edição:

Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser "efetiva" ou "não-efetiva":

*a. **Receita Orçamentária Efetiva** aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.*

*b. **Receita Orçamentária Não Efetiva** é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.*

Os ingressos extraorçamentários não alteram o Patrimônio Líquido da entidade.

d) representar recursos de natureza transitória;

CORRETA. Exatamente, os ingressos extraorçamentários representam recursos de natureza transitória (temporária), conforme MCASP 7ª Edição:

*Ingressos extraorçamentários são recursos financeiros de caráter **temporário**, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.*

e) ~~ser fonte exclusiva de recursos para cobertura de despesas públicas.~~

INCORRETA. As receitas **orçamentárias** que são fontes para cobertura de despesa pública. Os ingressos extraorçamentários representam apenas recursos de caráter temporário.

Gabarito: D.

31. De acordo com o Ementário da Natureza de Receita, a receita arrecadada em fevereiro de 2019 no valor de R\$ 1.250.000,00 com Contribuição de Melhoria para Expansão de Rede de Iluminação Pública Rural deve ser classificada, quanto à

a) espécie, como Contribuição de Melhoria.



- b) origem, como Contribuições.
- c) origem, como Contribuição de Melhoria.
- d) espécie, como Receitas Correntes.
- e) categoria econômica, como Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

Resolução:

A classificação da receita quanto à categoria econômica divide em: **corrente e de capital**, vejamos as diferenças dos conceitos de acordo com o MCASP 7ª Edição:

*Classificam-se como **correntes** as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da **exploração do patrimônio estatal (Patrimonial)**; da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes)*

Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da **constituição de dívidas** e da **conversão, em espécie, de bens** e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

As **contribuições de melhoria** são classificadas na categoria econômica - **Receitas Correntes**. Vejamos o detalhamento da origem, conforme MCASP 7ª Edição:

3.2.1.2. Origem da Receita

A Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital", com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos. Os códigos da Origem para as receitas correntes e de capital, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, são:

1 Receitas Correntes**1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**

A **origem** da Receita é **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**. Analisando agora a **espécie** da Receita, conforme Ementário da Natureza de Receita:

1.1.3.0.00.1.0 Contribuição de Melhoria**1.1.3.8.02.0.0 Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Iluminação Pública na Cidade**

A **espécie** da Receita é **Contribuição de Melhoria**.

Analisando os itens:

a) espécie, como Contribuição de Melhoria.

CORRETA. Exatamente como vimos acima.

b) origem, como Contribuições.

INCORRETA. A **origem** da Receita é **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**.

c) origem, como Contribuição de Melhoria.

INCORRETA. A **origem** da Receita é **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**.

d) espécie, como Receitas Correntes.

INCORRETA. A **espécie** da Receita é **Contribuição de Melhoria**.

e) categoria econômica, como Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

INCORRETA. As **contribuições de melhoria** são classificadas na categoria econômica - **Receitas Correntes**.

Gabarito: A.

32. De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, classificam-se como inversões financeiras as dotações orçamentárias destinadas

- a) a despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, bem como as destinadas a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- b) a obras de conservação e adaptação de bens imóveis e ao aumento do capital de empresas que visem a objetivos financeiros.
- c) ao aumento do capital de empresas que visem a objetivos financeiros, bem como as destinadas ao planejamento e à execução de obras.
- d) ao planejamento e à execução de obras e à aquisição de bens de capital já em utilização.
- e) à aquisição de bens de capital já em utilização e ao aumento do capital de empresas que visem a objetivos financeiros.

Resolução:

Segundo a Lei nº 4.320, art. 12, §5º, classificam-se como inversões financeiras:

§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

I - aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II - aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III - constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Assim, podemos verificar que afirmativa que contém apenas dotações orçamentárias classificadas como inversões financeiras são é a afirmativa E.

As demais afirmativas contêm itens que não são classificados como inversões financeiras, conforme a supramencionada Lei.

- despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços são classificadas como **transferências correntes**;
- destinadas a obras de conservação e adaptação de bens imóveis são classificadas como **despesas de custeio**;
- destinadas ao planejamento e à execução de obras - são classificadas como **investimentos**;

Gabarito: E.

33. O ato emanado de autoridade competente que cria, para o Estado, obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição é denominado

- a) ordem de pagamento.
- b) empenho de despesa.
- c) liquidação.
- d) amortização de empréstimos concedidos.
- e) subvenção econômica.

Resolução:

Precisamos saber os estágios da Despesa pois **costuma aparecer em prova**, vejamos:

ESTÁGIOS DESPESA

A fase de planejamento:

- **Fixação** da despesa: Dotação orçamentária que determinado ente está autorizado a gastar



Fase de execução:
- Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição
- Liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- Pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

Trata-se do Estágio do **empenho** de despesa.

Gabarito: B.

34. Com relação aos Índices de Liquidez, assinale a alternativa correta.

- O Índice de Liquidez Corrente considera em seu cálculo o montante total de empréstimos e financiamentos a pagar de uma empresa em um dado momento.
- Para fins de cálculo do Índice de Liquidez Imediata, deve-se considerar no numerador o valor do Passivo Circulante, e no denominador, o valor total de Caixa e Equivalentes de Caixa em uma determinada data.
- No cálculo do Índice de Liquidez Geral, não devem ser consideradas contas do Ativo não Circulante.
- A aquisição de mercadorias para o estoque à vista não impacta o valor do Índice de Liquidez Corrente.
- O Índice de Liquidez Seca consiste na razão entre o valor do Ativo Circulante deduzido do valor de Clientes a receber e o Passivo Circulante em uma determinada data.

Resolução:

a) O Índice de Liquidez Corrente considera em seu cálculo o montante total de empréstimos e financiamentos a pagar de uma empresa em um dado momento.

ERRADO: A liquidez corrente calcula a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo. Dessa forma, não entra a parte do empréstimo a pagar LP, somente a parcela CP.

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{ativo circulante} / \text{passivo}$$

b) Para fins de cálculo do Índice de Liquidez Imediata, deve-se considerar no numerador o valor do Passivo Circulante, e no denominador, o valor total de Caixa e Equivalentes de Caixa em uma determinada data.

ERRADO: é o contrário: deve-se considerar no denominador o valor do Passivo Circulante, e no numerador, o valor total de Caixa e Equivalentes de Caixa em uma determinada data

$$\text{Liquidez imediata} = \text{Disponibilidades} / \text{passivo circulante}$$

c) No cálculo do Índice de Liquidez Geral, não devem ser consideradas contas do Ativo não Circulante.

ERRADO: Considera-se somente o ANC ARLP na liquidez geral

$$\text{Liquidez Geral} = \text{Ativo Circulante} + \text{Ativo R. a longo Prazo} / \text{Passivo circulante} + \text{Passivo Não circulante}$$

d) A aquisição de mercadorias para o estoque à vista não impacta o valor do Índice de Liquidez Corrente.

CERTO: aquisição de mercadorias para o estoque à vista é um fato permutativo dentro do ativo circulante. Com efeito, não haverá mudanças nesse índice contábil

e) O Índice de Liquidez Seca consiste na razão entre o valor do Ativo Circulante deduzido do valor de Clientes a receber e o Passivo Circulante em uma determinada data.

ERRADO: deduzimos o estoque, e não os clientes a receber:

Liquidez Seca = ativo circulante – estoques / passivo circulante

Gabarito: D.

35. Com base nas informações fornecidas pela empresa Calcule Certo Ltda., responda à questão.

- Data base: exercício findo em 31/12/2018
- Valores hipotéticos:
- Total do Ativo Circulante – R\$ 190.000,00
- Capital Circulante Líquido Positivo – R\$ 60.000,00
- Valor do Patrimônio Líquido – R\$ 80.000,00
- Passivo Não Circulante – R\$ 90.000,00
- Vendas líquidas – R\$ 95.000,00
- Deduções de vendas – 25% sobre o faturamento
- Estoques iniciais do exercício – R\$ 65.000,00
- Compras no exercício – R\$ 5.500,00
- Estoques finais no exercício – R\$ 25.000,00
- Despesas operacionais, incluindo IR/CSLL – R\$ 19.500,00

Obs.: o Patrimônio Líquido já contém o fechamento do resultado do exercício. A rentabilidade do ativo da empresa Calcule Certo Ltda. em 31/12/2018 é de:

- a) 5%
- b) 8%
- c) 9,5%
- d) 10%
- e) 11,5%

Resolução:

Retorno sobre o investimento ou sobre o ativo (ROI)

O ROI ele evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos nela realizados. Vejamos:

Rentabilidade do ativo = Lucro Líquido / Ativo total

Calculando:

--> Ativo TOTAL

Ativo total é igual a PC + PNC + PL

Temos PNC e PL, falta PC

$$CCL = AC - PC$$

$$60.000 = 190.000 - PC$$

$$PC = 130.000$$

Ativo total = 130.000 + 80.000 + 90.000 = **300.000**

--> Lucro líquido:

1) Achando o CMV:

Estoques iniciais do exercício	R\$ 65.000,00
Compras no exercício	R\$ 5.500,00
Estoques finais no exercício	(R\$ 25.000,00)
(=) CMV	45.500,00



2) Calculando lucro líquido

Vendas líquidas – R\$ 95.000,00
(-) CMV 45.500,00
(=) Lucro bruto 49.500,00
(-) Despesas operacionais, incluindo IR/CSLL – R\$ 19.500,00
(=) Lucro líquido 30.000,00

--> Rentabilidade:

ROI $\Rightarrow 30.000 / 130.000 + 90.000 + 80.000 = 0,1$ ou 10%

Gabarito: D.

36. A análise dos índices de estrutura de capital de uma entidade evidenciou que a participação de capitais de terceiros aumentou entre o período de 20X0 e 20X1, passando de 1,32 para 1,43. No mesmo período, o passivo total não se alterou.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- a) o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais aumentou.
- b) uma parcela maior do patrimônio líquido está sendo aplicada no ativo permanente.
- c) o endividamento aumentou, em razão do crescimento do passivo exigível e da diminuição do capital próprio.
- d) a entidade está encontrando dificuldades para obter crédito no mercado.
- e) a liquidez está diminuindo em razão da queda do retorno sobre o patrimônio líquido.

Resolução:

A questão afirma que houve **aumento da participação do capital de terceiros**, passando de **1,32** para **1,43**.

O índice que se destina a calcular essa participação chama-se **Grau de endividamento** ou **Debt Ratio**:

$$\text{Debt Ratio} = \text{PC} + \text{PNC} / \text{PL}$$

Como o **passivo total não se alterou**, podemos dizer que o aumento desse índice resultou das transferências de **valores do PL** da entidade para o **passivo exigível**, ocasionando o seu aumento.

Sendo, assim, vamos analisar as alternativas e apontar a correta:

a) o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais aumentou. ERRADO: Aqui estamos calculando o endividamento no curto prazo.

b) uma parcela maior do patrimônio líquido está sendo aplicada no ativo permanente. ERRADO: O índice que calcula esse parâmetro é chamado de imobilização do capital próprio

c) o endividamento aumentou, em razão do crescimento do passivo exigível e da diminuição do capital próprio. CERTO: Foi o que expliquei acima, daí a correção dessa alternativa.

d) a entidade está encontrando dificuldades para obter crédito no mercado.

ERRADO: Pelo contrário, houve aumento do passivo exigível, o que pressupõe uma facilidade para obter crédito de terceiros no mercado

e) a liquidez está diminuindo em razão da queda do retorno sobre o patrimônio líquido. ERRADO: Estamos tratando de índices de endividamento, e não sobre índices de liquidez e de rentabilidade.



Gabarito: C.

37. Uma empresa quita suas contas a pagar no décimo dia após a compra. O prazo médio de recebimento é de 30 dias e a idade média do estoque é de 40 dias. Atualmente, a empresa investe R\$ 36 milhões em seu ciclo operacional e analisa um plano que estenda o prazo médio de pagamento das suas compras em 20 dias. Essa empresa obtém 10% ao ano em suas aplicações.

Considerando-se que não exista desconto por pagamento rápido de contas a receber e que um ano corresponda a 360 dias, é correto afirmar que o resultado final da economia a ser obtida com o referido plano será igual a

- a) R\$ 400.000.
- b) R\$ 1.200.000.
- c) R\$ 2.000.000.
- d) R\$ 5.000.000.
- e) R\$ 6.000.000.

Resolução:

Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores (**PMPF₁**) = **10** dias;

Prazo Médio de Recebimento de Clientes (**PMRC**) = **30** dias;

Prazo Médio de Rotação do Estoque (**PMRE**) = **40** dias;

O Ciclo Operacional é dado por: **CO** = PMRE + PMRC = 40 + 30 = **70** dias.

O Ciclo de Caixa inicial é dado por: **CC₁** = CO - PMPF = 70 - 10 = **60** dias.

Com o novo plano, no qual o **PMPF₂** = 10 + 20 = **30** dias, teremos um novo Ciclo de Caixa **CC₂** = 70 - 30 = **40** dias

O Ciclo de Caixa representa o tempo que a empresa precisa ter capital de giro próprio para manter suas atividades, pois são os dias entre o pagamento aos fornecedores (saída de caixa) e o recebimento dos clientes (entrada de caixa). Assim, o investimento feito pela empresa será para cobrir o caixa no período do Ciclo de Caixa.

Inicialmente a empresa investe **36M** para manter seu **CC₁ = 60** dias, tendo um **gasto antes do plano de 3,6M** (= 36M x 10%).

Após a implementação do plano, no qual o ciclo é reduzido para **CC₂ = 40** dias, haverá uma diminuição no investimento para **24M***, tendo um **novo gasto de 2,4M** (= 24M x 10%)

* regra de três para achar o novo investimento:

60 dias ----- 36M

40 dias ----- x = 24M

Portanto a **economia** feita com novo plano é a diferença entre o gasto antes do plano e o novo gasto ---> **3,6M - 2,4M = 1,2M**

Gabarito: B.

38. O auditor é o responsável pela utilização e execução dos diversos instrumentos do trabalho de auditoria, seja ela externa ou interna. Assim, de acordo com as Normas Técnicas de Auditoria editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, são objetivos do auditor na consecução do seu trabalho, EXCETO:

- a) Comunicar-se com os gestores sobre os resultados do trabalho.
- b) Apresentar relatório com os apontamentos sobre as demonstrações contábeis analisadas.



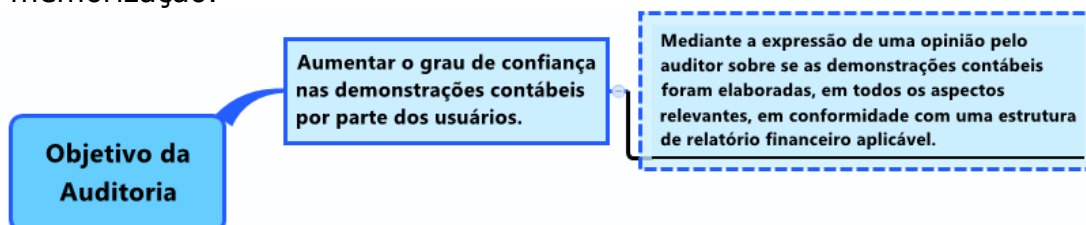
- c) Obter segurança de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.
- d) Punir os responsáveis por fraudes e falhas que comprometam o funcionamento da entidade.

Resolução:

Questão aborda objetivo precípua da auditoria externa. Segundo a NBC TA 200(R1):

3. O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. [...]

Esse, **certamente**, é um dos dispositivos que mais aparece em provas. Segue mapa mental para ajudá-los a memorização.



Dessa forma, as alternativas "B" e "C" estão corretas. Além disso, a comunicação dos resultados, por meio do relatório, é feita aos responsáveis pela governança da entidade auditada. O Relatório do Auditor é a peça mais importante da Auditoria realizada. Ele representa fase principal do trabalho do Auditor que é a comunicação dos resultados. Assim, a alternativa "A" também está correta.

Por fim, punir qualquer ato que caracterize fraude de algum servidor que foram detectadas e comunicadas tempestivamente aos responsáveis pela administração da entidade são de responsabilidade da própria administração ou dos responsáveis pela governança, e não do auditor. Logo, a aplicação dessa punição não é objetivo da auditoria independente.

Gabarito: D.

39. Acerca do planejamento da auditoria, a Resolução CNJ nº 171/2013 recomenda que seja realizada uma adequada avaliação de riscos, com o objetivo de identificar áreas, sistemas e processos relevantes a serem examinados. Um dos riscos passíveis de serem identificados é o risco de processo, que pode ser exemplificado por fatores como:

- a) confiabilidade da informação;
- b) conformidade;
- c) fraude;
- d) qualificação;
- e) sistemas.

Resolução:

Questão aborda aspectos relevantes acerca do planejamento, segundo a Resolução nº 171/CNJ (norma que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização a serem aplicadas no âmbito do Poder Judiciário), especificamente quanto à avaliação de risco de processo. Veja:

PLANEJAMENTO DE AUDITORIA

Art. 24. Durante a fase de planejamento, deve-se efetuar a avaliação do risco destinado a identificar áreas, sistemas e processos relevantes a serem examinados e são classificados em:

- I – Risco humano (erro não-intencional; qualificação; fraude);
II – **Risco de processo** (modelagem; transação; **conformidade**; controle técnico); e
III – risco tecnológico (equipamentos; sistemas; confiabilidade da informação).

Ao realizar o cotejo entre os tipos de risco associados aos seus exemplos de fatores, temos:

a) confiabilidade da informação – risco tecnológico

b) conformidade – risco de processo

c) fraude – risco humano

d) qualificação – risco humano

e) sistemas – risco tecnológico

Gabarito: B.

40. Texto 1A5AAA

O contador de determinada empresa considerou, equivocadamente, o valor bruto das vendas de longo prazo, em vez do lucro dessas vendas, na apuração do valor da reserva de lucros a realizar a ser registrado no patrimônio líquido da entidade. Uma auditoria independente nas demonstrações contábeis identificou, além da referida distorção de registro, uma falsificação de notas fiscais de saída, com a respectiva subtração indevida de estoques, o que gerou distorção no valor do ativo. Essas foram as únicas distorções encontradas nas demonstrações contábeis.

Na situação hipotética descrita no texto 1A5AAA, o auditor estará correto se concluir que

- a) parte do lucro obtido foi distribuída indevidamente.
- b) o resultado do exercício apresentou distorções em razão de mudanças de práticas contábeis.
- c) as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes.
- d) as demonstrações contábeis espelham fielmente a situação econômica da empresa.
- e) o balanço patrimonial carece de notas explicativas.

Resolução:

Questão aborda aspecto relacionado ao conceito de distorções relevantes devido à fraude e ao erro detectado pelo auditor. *"Distorção é a diferença entre o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação de uma demonstração contábil relatada e o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação que é exigida para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável"*.

Segundo a NBC TG 00 – Estrutura conceitual:

Relevância

QC6. Informação contábil-financeira **relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários**. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes. [...]

Em outros termos, uma distorção relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários, tomando por base fraude ou erros encontrados nas demonstrações contábeis, por exemplo.

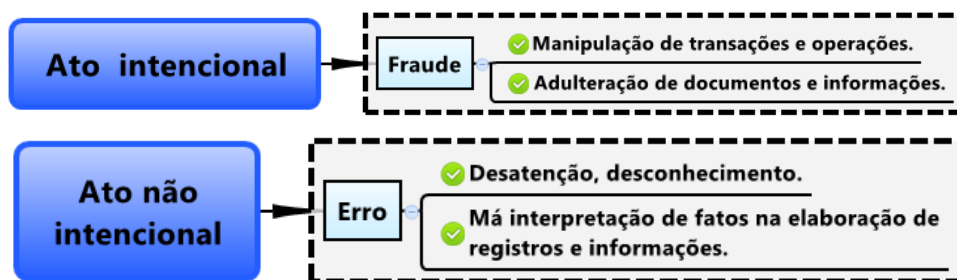
Segundo a NBC TA 240(R1), *"as distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis"*.

No mesmo sentido, a NBC TI 01 define fraude e erro:

12.1.3.2 – O termo "fraude" aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.



12.1.3.3 – O termo “erro” aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.



Nesse tipo de questão você deve fazer o seguinte questionamento - Houve a intenção do agente em cometer o fato? Se a resposta for sim, então houve fraude. Se não, erro.

Veja que foram detectadas duas distorções pelo auditor:

1) O contador de determinada empresa considerou, **equivocadamente**, o valor bruto das vendas de longo prazo, em vez do lucro dessas vendas, na apuração do valor da reserva de lucros a realizar a ser registrado no patrimônio líquido da entidade.

Reposta: Erro.

2) Uma **falsificação** de notas fiscais de saída, com a respectiva subtração indevida de estoques, o que gerou distorção no valor do ativo.

Reposta: Fraude.

Como essas duas distorções afetam tanto o patrimônio líquido quanto os estoques devido ao erro e à fraude detectados pelo auditor, então **as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes**.

Cabe ressaltar que, ao conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, os objetivos globais do auditor são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes, devido a fraude ou erro, possibilitando dessa maneira ao auditor expressar uma opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Gabarito: C.

41. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil têm por limite

- os objetivos da perícia deferida ou contratada.
- a identificação do processo e das partes.
- a síntese do objeto da perícia.
- a metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos.
- o lapso temporal da perícia a ser realizada.

Resolução:

A questão aborda os limites da opinião do perito contador, segundo a literalidade da NBC TP 01: **O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil têm por limite o próprio objeto da perícia deferida ou contratada.**

Atenção: a NBC TP 01 é questão certa nas provas de perícia contábil, sendo imprescindível a leitura desta norma.

Gabarito: A.

42. As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) definem os conceitos e normas acerca da Auditoria Contábil e da Perícia Contábil, restando claro do exame das referidas normas a distinção entre uma coisa e outra. Em relação a tais diferenças, analise as assertivas abaixo:

I. A auditoria contábil é uma técnica contábil que consiste na verificação e fidedignidade dos dados contidos nas demonstrações contábeis por meio do exame minucioso dos registros da contabilidade e dos documentos que a eles deram origem.

II. A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato.

III. Enquanto a auditoria apresenta seu resultado expressando uma opinião por meio do relatório de auditoria, o perito apresenta o resultado da perícia com um laudo pericial contábil ou parecer técnico-contábil.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

Resolução:

Questão aborda aspectos da auditoria contábil, bem como de perícia contábil. Veja abaixo a análise de cada item:

I. CORRETO. Trata da definição de auditoria contábil segundo a doutrina.

"Conforme Ribeiro e Ribeiro (2012, p. 96-97), a auditoria externa ou independente, também denominada auditoria das demonstrações contábeis, é uma técnica contábil que consiste na verificação da exatidão e fidedignidade dos dados contidos nas demonstrações contábeis, por meio do exame minucioso dos registros de contabilidade e dos documentos que deram origem a eles."

II. CORRETO. Trata da definição de perícia contábil em conformidade com a NBC TP 01:

2. A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

III. CORRETO. Essas são a forma de emitir a opinião tanto do auditor (relatório) quanto do perito (laudo pericial contábil ou parecer técnico-contábil).

Gabarito: E.

43. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

No desempenho da função de Perito Contador, o profissional deve ter zelo. O termo "zelo", refere-se ao cuidado que ele deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação à sua conduta, documentos, tratamento dispensado às autoridades, de forma que seu trabalho levado a bom termo e, conseqüentemente, o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil dignos de fé pública.

O zelo profissional do perito na realização dos trabalhos periciais compreende:

() cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral.

- () prestar os esclarecimentos determinados pela autoridade competente, respeitados os prazos legais ou contratuais.
- () ser receptivo aos argumentos e críticas, mas mantendo firme seu posicionamento anterior, sem ratificar ou retificar.
- () ser prudente, no limite dos aspectos técnico-científicos, e atento às consequências advindas dos seus atos.
- a) V – F – F – V.
- b) F – V – F – F.
- c) V – V – F – V.
- d) V – F – V – V.
- e) F – V – V – V.

Resolução:

Questão aborda situações que caracterizam o zelo profissional do perito, segundo a NBC PP 01. Veja:

38. O zelo profissional do perito-contador e do perito-contador assistente na realização dos trabalhos periciais compreende:

- (a) **cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral;** [item I – “V”]
- (b) assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas, quesitos respondidos, procedimentos adotados, diligências realizadas, valores apurados e conclusões apresentadas no Laudo Pericial Contábil e no Parecer Pericial Contábil;
- (c) O perito-contador **prestará os esclarecimentos determinados pelo juiz ou pelo árbitro, respeitados os prazos legais ou contratuais;** [item II – “V”]
- (d) o perito-contador assistente respeitará o prazo determinado pelo juiz, ou contrato quando se tratar de perícia extrajudicial, bem como as normas do juízo arbitral;
- (e) propugnar pela celeridade processual, valendo-se dos meios que garantam eficiência, segurança, publicidade dos atos periciais, economicidade, o contraditório e a ampla defesa;
- (f) **ser prudente na formação de suas conclusões, atuando de forma cautelosa, no limite dos aspectos técnicos, e, atento às consequências advindas dos seus atos;** [item IV – “V”]
- (g) **ser receptivo aos argumentos e críticas, podendo ratificar ou retificar o posicionamento anterior.** [item III – “F”]

Gabarito: C.

44. De acordo com o Código de Ética do Profissional da Contabilidade, a transgressão de preceitos ali estabelecidos constitui infração ética sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades. Dentre as penalidades a seguir elencadas, qual delas não está prevista no Código de Ética?

- a) Censura pública.
- b) Advertência reservada.
- c) Expulsão.
- d) Censura reservada.

Resolução:

O Código de Ética Profissional foi recentemente atualizado, e a NBC PG 01 substituiu o antigo código, que havia sido estabelecido pela Resolução CFC nº 803/96.

Porém, no caso da nossa questão, o novo código não trouxe novidades e o conteúdo das normas é o mesmo. Conforme o item 20 da NBC PG 01, a transgressão dos preceitos estabelecidos na Norma constitui infração ética. As penalidades aplicáveis são:

- **Advertência reservada**
- **Censura reservada**
- **Censura pública**



Portanto, a única das alternativas que não tem previsão na Norma é a **letra C - expulsão**. Não há penalidade de expulsão prevista no Código de Ética Profissional do Contador.

Gabarito: C.

45. O Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe.

Assinale a alternativa que apresenta um procedimento VEDADO ao profissional da contabilidade no desempenho de suas funções:

- a) Aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- b) Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.
- c) Comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.
- d) Renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia.

Resolução:

Vamos analisar as alternativas de acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Contabilidade, buscando a resposta que traz uma **VEDAÇÃO**.

a) Aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

CORRETA, aqui está a resposta.

4. No desempenho de suas funções, é vedado ao contador:

(m) orientar o cliente ou o empregador contra Normas Brasileiras de Contabilidade e contra disposições expressas em lei;

b) Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

ERRADA. Trata-se de um DEVER:

*4. São **deveres** do contador:*

(c) guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade;

c) Comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.

ERRADA. Trata-se de um DEVER:

*4. São **deveres** do contador:*

(i) comunicar, desde logo, ao cliente ou ao empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa gerar riscos e ameaças ou influir na decisão daqueles que são usuários dos relatórios e serviços contábeis como um todo;



d) **Renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia.**

ERRADA. Trata-se de um DEVER:

4. São **deveres** do contador:

(k) *renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador e vice-versa, a quem deve notificar por escrito, respeitando os prazos estabelecidos em contrato;*

Gabarito: A.

46. A empresa Central Elétrica Nuclear S.A. apresenta as contas que compõem o Patrimônio Líquido da companhia.

1. Ações em Tesouraria.
2. Capital Social.
3. Gastos com Emissão de Ações.
4. Reservas de Lucros.
5. Reservas de Capital.

Assinale a alternativa que apresenta de forma correta as contas de natureza devedora.

- a) Somente 1 e 3.
- b) Somente 2, 4 e 5.
- c) Somente 1, 2, 4 e 5.
- d) Somente 2, 3, 4 e 5.
- e) 1, 2, 3, 4 e 5.

Resolução:

Ao se lançar uma conta, temos que saber a "natureza" dessa conta, isto é: se esta conta aumenta com o débito ou se aumenta com o crédito

Chamamos de **contas devedoras** aquelas que aumentam com o **débito**, e **contas credoras** aquelas que aumentam com o **crédito**. Contudo, **não devemos confundir "débito" e "crédito"** com o sentido utilizado no cotidiano ou na seara jurídica. "débito" e "crédito" são apenas **convenções usadas na contabilidade** para que seja possível realizar o lançamento.

Podemos definir o seguinte:

Contas Devedoras (aumentam com o débito e reduzem com o crédito)	Contas Credoras (aumentam com o crédito e reduzem com o débito)
Ativo	Passivo
Despesa (*)	Patrimônio Líquido
Retificadoras do Passivo	Receita (*)
Retificadoras do Patrimônio Líquido	Retificadoras do Ativo

(*) Receita e Despesa são contas de resultado, dessa forma, elas são contas unilaterais: recebem somente lançamento referentes a sua natureza e são encerradas no final do exercício.

Superada essa fase teórica, temos que classificar as seguintes contas para sabermos se são contas devedoras, vejamos:

Ações em tesouraria	(-) PL	Devedora
Capital social	PL	Credora
Gastos com emissão de ações ¹	(-) PL	Devedora
Reservas de lucros	PL	Credora
Reservas de Capital	PL	Credora

1 - CPC08: 5. Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em **conta redutora de patrimônio líquido**, deduzidos os eventuais efeitos fiscais, e os prêmios recebidos devem ser reconhecidos em conta de reserva de capital

Logo, podemos dizer que somente **1 e 3** representam **contas devedoras**.

Gabarito: A.

47. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a contabilização da operação apresentada.

- a) Uma receita diferida contabilizada no Patrimônio Líquido da entidade.
- b) Uma despesa antecipada contabilizada no passivo da entidade.
- c) Um passivo contingente assumido em combinação de negócios contabilizado no passivo da entidade (se ele for uma obrigação presente que surge de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos).
- d) Um adiantamento de clientes contabilizado no ativo circulante da entidade.
- e) Um pagamento de salários contabilizado no Patrimônio Líquido a crédito.

Resolução:

a) Uma receita diferida contabilizada no ~~Patrimônio Líquido~~ da entidade.

ERRADO: receita diferida é contabilizada no "passivo não circulante" (PNC)

Lei 6.404/76 Art. 299-B. O saldo existente no resultado de exercício futuro em 31 de dezembro de 2008 deverá ser reclassificado para o **passivo não circulante** em conta representativa de **receita diferida**

b) Uma despesa antecipada contabilizada no ~~passivo da entidade~~.

ERRADO: despesa antecipada (ou aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte) é contabilizada no "ativo circulante" (AC)

Lei 6.404/76 Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo

I - No ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as **aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte**

c) Um passivo contingente assumido em combinação de negócios contabilizado no passivo da entidade (se ele for uma obrigação presente que surge de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos).

CERTO: Trata-se de uma possibilidade de se reconhecer o "Passivo Contingente" no balanço Patrimonial no passivo quando se tratar de "Combinação de negócios":

CPC 15 23. As exigências do CPC 25 não se aplicam na determinação de quais passivos contingentes devem ser reconhecidos na data da aquisição. Em vez disso, **o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios se ele for uma obrigação presente que surge de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade.** Portanto, de forma contrária à CPC 25, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) para liquidar a obrigação. O item 56 orienta a contabilização subsequente de passivos contingentes

d) Um adiantamento de clientes contabilizado no ~~ativo circulante~~ da entidade.

ERRADO: Adiantamento de clientes é contabilizado no "passivo circulante" (PC).

e) Um pagamento de salários contabilizado no ~~Patrimônio Líquido~~ a crédito.



ERRADO: Pagamento de salário e gera crédito em "disponibilidade", e um débito em "salários a pagar" ou em "despesa com salário" a depender em que exercício o salário foi pago

D Salários a pagar (↓ PC)

C Disponibilidade (↓ AC)

Gabarito: C.

48. Segundo o art. 966 do Código Civil, considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. À luz do Código Civil, a respeito da atividade de empresário, analise as afirmativas a seguir.

I. Antes do início de sua atividade, é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

II. Desde que esteja devidamente representado ou assistido, a incapacidade superveniente não impede o empresário de dar continuidade à empresa.

III. A outorga conjugal não é condição para que o empresário casado possa alienar imóveis que integram o patrimônio da empresa.

IV. A sentença que decreta ou homologa a separação judicial do empresário não pode ser oposta a terceiros antes de arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.

Está correto o que se afirma em

a) I, II, III e IV.

b) I e II, apenas.

c) III e IV, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

Resolução:

Segundo o art. 966 do Código Civil, considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. À luz do Código Civil, a respeito da atividade de empresário, analise as afirmativas a seguir.

I. Antes do início de sua atividade, é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

CORRETA. De fato, antes de dar início às atividades deve haver registro do empresário na Junta Comercial (Registro Público de Empresas Mercantis) da respectiva sede, conforme dispõe o art. 967 do CC:

Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

II. Desde que esteja devidamente representado ou assistido, a incapacidade superveniente não impede o empresário de dar continuidade à empresa.

CORRETA. A capacidade é pressuposta para o exercício da atividade de empresário, conforme prevê o art. 972 do CC, mas a lei assegura ao que se tornou incapaz supervenientemente continuar o exercício da empresa por meio de seus representante ou assistente, atendidas as condições do art. 974 do CC:

Art. 972. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

§1º Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la podendo a autorização ser revogada

pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.

§2º Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização.

*§3º O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais deverá registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, **desde que atendidos, de forma conjunta, os seguintes pressupostos:***

I – o sócio incapaz não pode exercer a administração da sociedade;

II – o capital social deve ser totalmente integralizado;

*III – o sócio relativamente incapaz **deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado** por seus representantes legais.*

III. A outorga conjugal não é condição para que o empresário casado possa alienar imóveis que integram o patrimônio da empresa.

CORRETA. A assertiva tem fundamento no art. 978 do CC, que autoriza o empresário casado em qualquer regime de bens (inclusive no de comunhão universal), a alienar imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real:

*Art. 978. **O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.***

DICA: Cuidado para não confundir com a regra do art. 977 do CC relativamente à possibilidade de os cônjuges contratarem sociedade, que não se admite se o regime de casamento for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória:

*Art. 977. **Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.***

IV. A sentença que decreta ou homologa a separação judicial do empresário não pode ser oposta a terceiros antes de arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.

CORRETA. É o que prevê o art. 980 do CC:

*Art. 980. **A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação não podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.***

Gabarito: A.

49. Seu Antônio vendeu seu carro por R\$ 15.000,00 e aplicou a juros simples à taxa bimestral de 3%. Para que ele possa sacar da conta R\$ 19.050,00, o prazo dessa aplicação deverá ser de

- a) 2 anos e 10 meses.
- b) 1 ano e 6 meses.
- c) 2 anos e 9 meses.
- d) 11 meses.
- e) 1 ano e 3 meses.

Resolução:

Um capital $C=15.000$ reais será aplicado a regime de juros simples com taxa $i=3\%$ ao bimestre durante n bimestres, resultado em montante igual a $M=19.050$ e dado por:

$$M=C \times (1+i \times n)$$

$$19.050 = 15.000 \times (1+0,03 \times n)$$



Resolvemos a equação:

$$19.050 = 15.000 + 15.000 \times 0,03 \times n$$

$$4.050 = 150 \times 3 \times n$$

$$n = 9 \text{ bimestres}$$

O montante desejado será obtido em 9 bimestres, ou seja, em $9 \times 2 = 18$ meses.

12 meses correspondem a 1 ano. Logo, 18 meses correspondem a 1 ano e 6 meses.

O montante desejado será obtido em 1 ano e 6 meses.

Gabarito: B.

50. O desenvolvimento tecnológico é indubitavelmente um fato positivo que traz progresso à vida humana em todos os seus âmbitos, no Direito não há de ser diferente. Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo o qual a introdução de novas tecnologias no meio jurídico fomentará a substituição de advogados e juízes por máquinas, que seriam mais eficientes, assertivas e rápidas (tanto para fazer petições iniciais quanto formular defesas ou tomar decisões), tudo embasado em softwares que buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência.

A falha da supracitada suposição deve-se ao fato de o referido ponto de vista ignorar fatores e características importantes de um ser humano. Uma máquina ou um programa computacional não possuem capacidade de trabalhar casuisticamente (trabalhariam somente com teses padronizadas e programadas), assim como são incapazes de colocar emoções nas acusações ou defesas, e muito menos podem interagir com o cliente e com todas as variáveis de cada situação. Existem muitas características exclusivamente humanas que são essenciais para as profissões jurídicas e jamais poderão ser alcançados por softwares.

(Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mar-29/opinio-influencia-desenvolvimento-tecnologico-direito>. Uma análise sobre a influência do desenvolvimento tecnológico no Direito. 29/03/2019. Por Flavio Quinaud Pedron, André Reale e Cleidineia Ramalho. Fragmento.)

Quanto aos termos destacados em: “ Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo o qual a introdução de novas tecnologias no meio jurídico fomentará a substituição de advogados e juízes por máquinas, que seriam mais eficientes, assertivas e rápidas (tanto para fazer petições iniciais quanto formular defesas ou tomar decisões), tudo embasado em softwares que buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência.” (1º§) pode-se afirmar que:

I. Todos têm o mesmo referente e são classificados como partículas integrantes das orações em que estão inseridos.

II. As duas ocorrências do vocábulo “que” demonstram o desempenho da função sintática de sujeito nas orações em que se apresentam.

III. Apenas as duas ocorrências do “que” possuem referente textual, o mesmo não ocorre com “o qual”, expressão responsável por contribuir para a progressão textual.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.

Resolução:



Trecho a ser comentado:

"Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo **o qual** a introdução de novas tecnologias no meio jurídico fomentará a substituição de advogados e juizes por máquinas, **que** seriam mais eficientes, assertivas e rápidas (tanto para fazer petições iniciais quanto formular defesas ou tomar decisões), tudo embasado em softwares **que** buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência."

I. ERRADA. Todos têm o mesmo referente e são classificados como **partículas integrantes** das orações em que estão inseridos.

CORREÇÃO: Cada um deles tem um referente e **todos** eles são classificados como **pronomes relativos**.

1. Em "Existe, contudo, um parvo e limitado ponto de vista segundo **o qual** a introdução de novas tecnologias no meio jurídico fomentará a substituição de advogados e juizes por máquinas", o pronome relativo "o qual" foi empregado, como recurso coesivo, para retomar "um parvo e limitado ponto de vista". Assim, "segundo **o qual**" equivale a "segundo **parvo e limitado ponto de vista**".

2. Em "**que** seriam mais eficientes, assertivas e rápidas", o pronome relativo "que" foi empregado, como recurso coesivo, para retomar "máquinas". Assim, "**que** seriam mais eficientes, assertivas e rápidas" equivale a "**máquinas** seriam mais eficientes, assertivas e rápidas".

3. Em "**que** buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência.", o pronome relativo "que" foi empregado, como recurso coesivo, para retomar "softwares". Assim, "**que** buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência." equivale a "**softwares** buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência."

II. CORRETA. As duas ocorrências do vocábulo "que" demonstram o desempenho da função sintática de **sujeito** nas orações em que se apresentam.

1. Em "**que** seriam mais eficientes, assertivas e rápidas", o pronome relativo "que" foi empregado, como recurso coesivo, para retomar "máquinas". Assim, "**que** seriam mais eficientes, assertivas e rápidas" equivale a "**máquinas** seriam mais eficientes, assertivas e rápidas".

Nessa oração, quem seriam mais eficientes, assertivas e rápidas seriam "que" (máquinas). O pronome relativo "que" exerce o papel sintático de **sujeito do verbo ser**.

2. Em "**que** buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência.", o pronome relativo "que" foi empregado, como recurso coesivo, para retomar "softwares". Assim, "**que** buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência." equivale a "**softwares** buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência."

Nessa oração, quem buscariam no arcabouço jurídico normas, doutrinas e jurisprudência seriam "que" (softwares). O pronome relativo "que" exerce o papel sintático de **sujeito do verbo buscar**.

III. ERRADA. Apenas as duas ocorrências do "que" possuem referente textual, o mesmo não ocorre com "o qual", expressão responsável por contribuir para a progressão textual.

CORREÇÃO: Como vimos na explicação do item I, **todos os termos destacados** possuem referente textual.

Gabarito: C.